

**Para o melhor uso dos conceitos psicanalíticos:
Modelo ilustrado com o conceito de *enactment****

*Werner Bohleber, Peter Fonagy, Juan Pablo Jiménez,
Dominique Scarfone, Sverre Varvin e Samuel Zysman*

Introdução

Encontramos atualmente na psicanálise um vasto conjunto de teorias a que são associados termos e conceitos com diferentes níveis de abstração. Desde há muito, têm ocorrido intensas discussões sobre o status epistemológico da psicanálise, levando a conclusões muito diferentes. Tal situação poderia ser motivo de descrédito, mas, em parte é consequência da peculiaridade do relacionamento entre teoria e prática que distingue a psicanálise de outros campos científicos. O estudo da prática de um analista mostra que as teorias são sempre adotadas individualmente. Em uma sessão de análise, o analista não recupera simplesmente de sua memória ideias e conceitos teóricos; mais exatamente, ocorre um processo de descoberta no qual ele precisa redescobrir a teoria, baseado no material clínico, mesmo que, em sua maior parte, ele já a tenha internalizado (Parsons, 1992). Nesse percurso, o analista desenvolve teorias implícitas e pessoais não conscientes.

O processo clínico de aquisição de *insights* teóricos está vinculado ao caso individual e relacionado à pessoa e à situação. As generalizações precisam partir desses *insights* individuais e circunscritos a um caso. De início, o conhecimento conceitual é implícito; depois, mais e mais aspectos dele são questionados de forma consciente, confrontados, investigados e ampliados pelo conhecimento de material clínico posterior. De modo geral, o próximo passo é a discussão das descobertas com colegas antes de serem transformadas em texto e apresentadas para publicação. Ao lado deste percurso sucintamente esboçado do desenvolvimento conceitual, o analista se relaciona não só com o paciente, mas com a comunidade virtual de psicanalistas com quem busca sentir-se integrado quando aplica seus conceitos teóricos e princípios técnicos. Há uma satisfação narcísica em partilhar conceitos e ideais terapêuticos com outros a quem se está ligado. Nesse sentido, como Grosman (1995) observou, as teorias se tornam representações internas do grupo e de sua autoridade; neste caso, a teoria se transforma em uma função das relações de objeto. Hamilton (1996) descreve o relacionamento afetivo que analistas desenvolvem com teorias específicas e com terapeutas carismáticos, o que lhes proporciona um sentimento de segurança.

* O Comitê de Integração Conceitual da IPA apresentará o método ilustrado neste texto usando o conceito de fantasia inconsciente em um painel e em alguns grupos de trabalho do Congresso da IPA em Praga.

Joseph Sandler chamou a atenção para outro aspecto da formação da teoria psicanalítica. Já no início da década de 1950, quando o Hampstead Index estava sendo desenvolvido para compilar definições exatas de conceitos fundamentais da psicanálise, o grupo de analistas envolvidos no trabalho descobriu que, na prática, os conceitos passam por constante ampliação e mudança de significado. Sandler mais tarde descreveu essa circunstância em seu notável texto de 1983 sobre as teorias pessoais implícitas dos analistas. Conceitos não possuem um significado inequívoco e determinável, e sim um espectro de significados. Obtém-se uma exatidão relativa apenas com referência ao contexto no qual se usa o conceito. Sandler refere-se à “elasticidade” de um conceito; não se fala mais de significado único, mas de dimensões de significado e de espaço de significado nos quais o significado se move, dependendo das mudanças no contexto clínico e das conexões de significado.

Determinam-se essas dimensões de significado pela perspectiva do analista que observa o fenômeno clínico. Uma perspectiva única não consegue abarcar todos os aspectos e explicá-los de modo abrangente. Em função dos diferentes postulados fundamentais subjacentes e de pressupostos psicanalíticos básicos, diferentes perspectivas dos analistas sobre o mesmo fenômeno levarão a diferentes versões de conceitos e teorias. O reconhecimento dessa pluralidade de teorias constituiu um avanço liberador na comunidade analítica, mas também provavelmente inibiu tentativas de integrar conceitos. Reiteradamente, as discussões científicas revelaram que diferentes escolas psicanalíticas atribuíam significados completamente diferentes a conceitos psicanalíticos, incluindo conceitos fundamentais, em função de suas respectivas tradições de pensamento e cultura. De fato, até agora não há consenso sobre que decisão tomar diante de teorias discordantes e às vezes mutuamente contraditórias e em como integrar conceitos e teorias divergentes. A partir da busca de Robert Wallerstein de um ‘território comum’, a comunidade psicanalítica expressou várias vezes o desejo de identificar convergências, ao menos com relação às abordagens clínicas, a despeito da existência de posições teóricas divergentes. Contudo, até agora, não se alcançou qualquer progresso significativo.

Em resposta a uma nova iniciativa do presidente da IPA, Charles Hanly, em 2009, seu conselho diretor aprovou um mandato para o recém-criado Comitê de Projetos sobre Integração Conceitual^{NT} cujos membros são os autores deste texto. A missão do comitê foi:

encontrar meios que permitam aos membros da IPA contribuir para a integração da teoria psicanalítica até o ponto em que o conhecimento atual e confiável da realidade psíquica possibilite ... substituir controvérsias crônicas por pesquisa conceitual e clínica, sem diminuir o questionamento clínico e sem encorajar a ortodoxia ideológica ou o autoritarismo.

^{NT} Project Committee on Conceptual Integration.

É uma tarefa importante, como não se pode deixar de perceber ao empreender o estudo de versões antagônicas de conceitos básicos. Os membros do Comitê do Projeto de Integração Conceitual se consideram um grupo nuclear que, a título de exemplo, busca refletir sobre os problemas suscitados por sua tarefa e encontrar um método por meio do qual se possa comparar os conceitos e registrar suas diferenças e semelhanças.

Inicialmente, o comitê precisou desenvolver um *modus operandi* para seu trabalho, sem outro instrumento que não o conhecimento de diferentes teorias psicanalíticas e a consciência da importância de abordar, comparar e esclarecer os principais conceitos. Para nós, era evidente que esse esforço se justificava pela necessidade de evitar confusão, antagonismo estéril e impasses nas discussões que atualmente ocorrem em um ambiente de pluralismo teórico. Antes de chegarmos à metodologia que descrevemos neste texto, e que usamos para as conclusões sobre o conceito de *enactment* apresentado a seguir, em muitas ocasiões, nos vimos reproduzindo as mesmas configurações encontradas nas discussões de conceitos teóricos em diferentes grupos e sociedades. Chegamos a nos considerar a representação hologramática do esforço de superar as dificuldades inerentes à própria pesquisa conceitual.

Começamos então com a questão importante de que a pluralidade de conceitos torna a integração improvável. Como é possível integrar conceitos que, originados em diferentes tradições psicanalíticas, diferem inteiramente em seus pressupostos fundamentais e em seus aspectos filosóficos? Quando revisamos debates iniciais entre analistas de diferentes escolas com relação a conceitos e teorias, e as tempestades emocionais que ocorreram (Green [2005] fala de “duelos sangrentos”), não pudemos deixar de nos indagar se o projeto não seria ambicioso demais. Outro complicador é que a inspeção rigorosa do trabalho psicanalítico revela que muitos autores empregam conceitos familiares de forma idiossincrática. Tem-se, portanto, de assumir que, junto a definições explícitas, de conhecimento geral, há também outras implícitas que o analista extrai do seu trabalho.

Em vista da diversidade teórica e clínica dos conceitos psicanalíticos individuais, nos demos conta de que precisávamos desenvolver um método que nos permitisse comparar as diferentes versões de conceitos e suas teorias subjacentes, para colocá-las em um quadro de referências e examinar semelhanças e diferenças. Optamos pelo estudo do problema de forma sistemática, inicialmente, por meio da análise de um conceito. Pareceu especialmente promissor começar com um conceito próximo à realidade clínica, que pudesse ter conexão direta com a observação clínica e, assim, escolhemos *enactment/enactment contratransferencial* para nossa análise inicial.

Nos últimos vinte anos, *enactment* acabou sendo considerado um conceito fundamental com relação à atualização de processos inconscientes. É um fenômeno inevitável no tratamento psicanalítico e quase todas as escolas/tradições psicanalíticas

desenvolveram uma conceituação de *enactment*. O analista e o analisando se envolvem em um padrão inconsciente de interação e comunicação – um padrão que deve ocorrer dentro de um cenário já que o analisando de outro modo não seria capaz de expressá-lo. *Enactment* contratransferencial envolve a ocorrência de algo inesperado e, assim, incompatível com os preceitos relevantes da técnica terapêutica. Como o analista transige no nível afetivo, sua vulnerabilidade e sua personalidade entram diretamente no tratamento.

Para os propósitos da nossa investigação do conceito, tivemos de fazer uma seleção na literatura existente – uma espécie de cânone provisório de textos relevantes. Nessa seleção, as teorias principais da tradição anglo-americana assumiram uma posição central. Neste caso, a tradição francesa, que não desenvolveu um conceito de *enactment*, mas conceituou os fatos usando outros termos, não foi considerada, da mesma forma que as tradições latino-americana, italiana e alemã. Analisamos os seguintes textos: da psicanálise kleiniana, Steiner (2000; 2006); da moderna psicologia norte-americana do ego, Jacobs (1986, 2001), McLaughlin (1991), McLaughlin e Johan (1992), e Chused (1991; 2003); da psicologia do *self*, Goldberg (2002) e da psicanálise relacional, Hirsch (1998), Levenson (2006) e Benjamin (2009)¹

Nosso método de análise dos conceitos compreende cinco etapas, que apresentaremos nos capítulos a seguir. Primeiro, descrevemos a história do conceito. Em segundo lugar, descrevemos a fenomenologia do conceito. Na terceira seção, realizamos uma análise metodológica com relação à definição do conceito. Para podermos comparar as diferentes conceituações do fenômeno clínico, precisamos das principais dimensões de seu espaço de significação, o que é considerado na seção 4. Finalmente, na seção 5, tentamos ver até que ponto é possível uma integração das diferentes versões do conceito.

Seção 1: A história do conceito de *enactment*

Introdução

Espera-se que a perspectiva histórica ajude a estabelecer as origens e o desenvolvimento do conceito. Esta seção irá nessa direção, não com o registro de datas e de circunstâncias históricas, mas ao vinculá-las às transformações teóricas que estão na origem das mudanças nas formas de entender e de lidar com *enactments* discutidas hoje.

Como em outros conceitos psicanalíticos, o termo em inglês difundiu-se em vários idiomas e, finalmente, resultou em aceitação geral, na maior parte por conveniência. No entanto, não se deve ver tal aceitação como fenômeno universal, pois existem indivíduos e grupos relutantes em aceitar tais incorporações e que

¹ Acrescentamos depois, mas usamos apenas em parte de nosso trabalho: Cassorla (2012), Elman (2010) e Stern (2004).

continuam a usar os termos de referência com os quais estão mais familiarizados, para a descrição de realidades semelhantes. Aqui é possível fazer dois breves comentários. O primeiro é que podem ser necessários diferentes períodos de tempo para a incorporação de novos termos em diferentes culturas analíticas. Nesse meio tempo, tendem a surgir confusões em função da falta de familiaridade com o ‘recém-chegado’ e dos diferentes ‘valores psicanalíticos que desempenham um papel em sua aceitação’, juntamente com a atração produzida por algo que aparece como novidade. O segundo comentário é que esse processo apresenta duas faces diferentes. Por um lado, parece atraente porque implica uma possibilidade implícita de que um acordo para o uso de um termo único pode ser tomado como o equivalente a uma solução de dissidências teóricas. No lado oposto, o mesmo termo aparece tanto em observações como em declarações teóricas. Uma consequência disso é a perceptível facilidade de chegar a acordo no plano da observação, que pode ser partilhado facilmente por muitos observadores diferentes. Mas, como observações estão ligadas a expectativas prévias e a hipóteses provisórias, os planos da observação e da teoria inevitavelmente se sobrepõem, levando a complicações. Assim, quando se trata de afirmações explicativas sobre o observado, que geralmente são mais difíceis de aceitar, as dissidências de novo se tornam perceptíveis.

O percurso para o enactment e problemas relacionados

Tal como se afirmou antes, ‘*enactment*’ como termo de referência entrou no vocabulário psicanalítico aproximadamente um quarto de século atrás, mas o conceito a que se refere – relativo principalmente ao papel e aos efeitos de ações no curso da terapia psicanalítica – existiu antes disso e era mencionado com outras palavras.

Diferentes tipos de ação chamaram a atenção de Freud desde o início e são descritos em seus textos iniciais (Breuer e Freud, 1893): ações impressionantes executadas de forma teatral e ‘ab-reação’, cuja expressão visível pode variar do choro à vingança; ou, mais tarde, o estudo dos atos falhos e de outras ações da nossa vida diária (Freud, 1901). Mas esses termos e conceitos foram usados para ações quando estava sendo elaborada uma compreensão mais completa das implicações metapsicológicas. Assim, a origem remota possível de um conceito mais complexo de *enactment* precisa ser rastreada até o Epílogo do caso Dora (Freud, 1905a). Ali, Freud introduziu o termo alemão ‘*agieren*’ para expressar seus *insights* sobre as ações da paciente. Na tradução de Strachey, a paciente “atuou uma parte essencial de suas recordações e fantasias, em vez de reproduzi-la no tratamento” (Freud, 1905a, p. 119). Com a crescente expansão do inglês como língua franca psicanalítica, o termo de Strachey ‘*acting-out*’ substituiu o termo germânico e ainda é amplamente usado para se referir a certo tipo de ação na psicanálise. A etimologia pode nos ajudar a estabelecer ligações interessantes no estudo histórico das palavras que usamos e de seus significados subjacentes. Termos comumente usados em psicanálise, como *act*,

abreact, acting-out, enactment e *'agieren'*, da mesma forma que termos cotidianos, como realidade [actuality] ou na realidade [actually] têm em comum sua origem no verbo “agere” (agir) em latim. A partir dessa perspectiva, podemos considerar *'agieren'* o termo inaugural psicanalítico para ações vistas sob o vértice do que favorece ou não o tratamento psicanalítico. Podemos tomar o termo como a linha de discussão mais essencial que conecta todas as evoluções psicanalíticas posteriores sobre ações, inclusive *enactment* e outros fenômenos relativos.

O caso Dora parece ter ensinado muitas coisas a Freud, entre elas os limites e as diferenças entre comunicação verbal e ações destinadas a evitá-las. Quando Freud diz: “*acted out ... instead of* [cometeu uma atuação ... ao invés de]”, está assinalando a diferença entre o que ele considera útil ou um obstáculo para o tratamento; em outras palavras, introduz-se *'acting out'* no vocabulário analítico para designar as ações do paciente que se opõem ao método analítico clássico. Outras questões relacionadas, também presentes no texto, evoluíram depois em capítulos sobre a teoria da técnica psicanalítica; elas são importantes devido à maior complexidade que introduzem no estudo psicanalítico das ações. Além de relatos simplesmente descritivos sobre a conduta humana, nesse momento as ações precisam ser situadas sob o ângulo de resistência e transferência no *setting* analítico, dos objetivos e obstáculos para o tratamento analítico. Os conceitos posteriores de contratransferência (Freud, 1910) e de recordar versus repetir (Freud, 1914) também estão presentes – embora implicitamente – na descrição de Freud.

A partir dessa abordagem, se pode considerar as discussões contemporâneas sobre *enactment* como versões atuais de dilemas psicanalíticos antigos e vigentes (se é bom ou ruim, útil ou prejudicial) com relação a ações no contexto de um método terapêutico conhecido como *talking cure*. Semelhante às discussões do século passado sobre o *acting-out*, se é bom ou ruim, se se enquadra ou não na transferência, ou se é ou não um obstáculo para a terapia, atualmente discutimos a inevitabilidade dos *enactments*, a responsabilidade por eles, se precisamos achar bom que ocorram e se é possível evitá-los.

Acting-out e a bifurcação no estudo psicanalítico das ações

Chamemos de ‘bifurcação’ os estilos diversos e os diferentes esforços dedicados por psicanalistas ao estudo de ações em si e do *acting-out* em particular, assumindo-o como o mais relevante na teoria e na prática. É possível estudar essas ações como conduta visível, passíveis de pesquisa por outros pontos de vista, além do psicanalítico. Outros exemplos são os estudos de rituais e da ‘psicopatologia da vida cotidiana’ acima mencionados. Mas, por um longo tempo, as ações como objeto de estudo em si não atraíram muito interesse da comunidade psicanalítica mais ampla. Heinz Hartmann (1947, p. 45) provavelmente teve isso em mente quando afirmou que “faltava a descrição sistemática de uma teoria analítica da ação a que pudéssemos nos

referir como corpo aceito de fatos e de hipóteses, ou ao menos geralmente reconhecido como tal". De forma correlata, também ocorreu que, em grande parte do século passado, novos desenvolvimentos em campos afins, onde as ações são também estudadas, como no direito, na filosofia da ação ou na psicologia, não atraíram muito interesse dos psicanalistas e, portanto, não tiveram utilidade em seu trabalho. Como consequência, houve atraso para se chegar à compreensão psicanalítica mais generalizada e ampla das ações. Por longo tempo, apenas ações caracterizadas como *acting-out* suscitaram interesse e foram objeto de estudo abrangendo um número considerável de problemas teóricos e clínicos que atualmente surgem relacionados à *enactment*.

Essa dedicação intensiva ao *acting-out* não esteve livre de dificuldades e contradições. Como Sandler, Dare e Holder (1973) afirmaram, de todos os conceitos clínicos examinados em seu livro, *acting-out* é o que mais se expandiu e sofreu mais mudanças de significado desde sua introdução por Freud. Dentre as importantes contribuições de destacados psicanalistas, impossíveis de citar aqui extensamente, vale a pena mencionar as de Anna Freud (1968), Phyllis Greenacre (1950, 1962) e Herbert Rosenfeld (1964). É muito interessante e revelador para nossos objetivos encontrar nessa rica bibliografia praticamente as mesmas questões que podem ser encontradas na avaliação dos *enactments*. Muito sucintamente, *acting-outs* foram considerados em sua maior parte prejudiciais à aliança de trabalho por Greenacre, contrários ao objetivo terapêutico clássico de lembrar e trabalhar com as lembranças de Anna Freud e classificados por Rosenfeld de parciais ou totais (na acepção de possíveis ou impossíveis de serem contidos e interpretados em análise).

Os analistas recomeçaram o estudo da ação em si no final dos anos 50 e ao longo da década seguinte. Iniciou-se inevitavelmente um processo simultâneo de fertilização e de mudança teórica devido à inserção de informações provenientes da linguística e da teoria da comunicação. Nesse campo, são clássicos os trabalhos de Austin (1962) e Searle (1969), ambos incorporando o pragmatismo da linguagem e os efeitos 'perlocucionários' da fala. No campo psicanalítico propriamente, Luisa Alvarez de Toledo (1954) afirmou em um texto clássico que o ato de falar tem em si mesmo fantasias inconscientes subjacentes que podem encontrar algum nível de existência na realidade externa pela palavra que está sendo proferida. O livro de David Liberman (1972/1973), *Linguistics, Communicative Interaction and Psychoanalytic Process*, trata de ações dentro e fora do *setting* analítico. Em sua versão comunicacional e linguística da psicopatologia clássica, ele se refere a ações como um modo de comunicar algo, inclusive o desejo de não comunicar; em tais situações, o analista ainda tem a possibilidade de recolher informação dos dados de observação disponíveis. Algum tipo de comunicação é reconhecido como inerente a todas as interações humanas. Leon Grinberg (1957, 1968) referiu-se à identificação projetiva como principal mecanismo de defesa do *acting-out* e introduziu o conceito de contraidentificação projetiva. Bion (1963, 1965) também se referiu ao uso da fala como ação destinada a afastar

conteúdos perigosos da mente. Willy e Madeleine Baranger (1962) estiveram entre os primeiros a conceber tudo o que acontece na situação analítica (inclusive ações) como produto do ‘par analítico’, no que chamaram de ‘campo analítico’. A técnica do brincar e o uso de ação comunicativa na análise de crianças também ampliaram a compreensão das ações em geral e do *acting-out* em particular (Campo, 1957; Eckstein, 1966; Rodrigué e Rodrigué, 1966). Em 1998, realizou-se um colóquio sobre “Perspectivas Filosóficas e Psicanalíticas da Ação” em Buenos Aires pela Associação para a Epistemologia da Psicanálise; os textos do colóquio fazem parte de um livro coletivo com o mesmo título. Um deles (Zysman, 1999) afirma que apenas pela referência a fantasias inconscientes nelas inferidas é que se pode compreender e classificar as ações, de acordo com sua natureza, motivação e seus objetivos no contexto das teorias psicanalíticas da sexualidade (Freud, 1905b; Meltzer, 1973).

Entra o enactment

O objetivo dos parágrafos precedentes foi traçar a trajetória percorrida até a entrada da palavra *enactment* no vocabulário psicanalítico. Com ajuda da perspectiva histórica, seguimos a trilha até sua chegada e a difusão do seu uso, esperando também estabelecer se, antes, algum outro termo pode ser considerado conceitualmente relacionado ou equivalente a *enactment* ou se é apenas uma questão de irreduzível similitude. Para tentar responder a essas questões, deixadas em aberto pela abordagem histórica, precisamos enfocar novamente a evolução do uso dos termos e as necessidades teóricas e clínicas que presumivelmente iriam satisfazer.

Aceita-se geralmente que se pode encontrar uma das primeiras apresentações do termo no texto de Theodore Jacobs de 1986 e na controvertida discussão clínica com André Green no Congresso da IPA em Amsterdam, publicada no *International Journal of Psychoanalysis* (Green, 1993; Jacobs, 1993). Há também opinião coincidente de que um texto de Joseph Sandler (1976) está na raiz dessa inovação, baseada em seu conceito de *role responsiveness*^{NT} que também tentou dar uma resposta teórica a determinadas situações clínicas envolvendo em especial a contratransferência. Jacobs cita os estudos sobre contratransferência de Racker (1960) em que ele introduziu duas classificações: concordante e complementar – direta ou indireta (essa última mais ligada a *acting-out* contratransferencial). Essas são referências importantes de se ter em mente porque é também um fato que o termo *enactment* tende a ser predominantemente usado para o envolvimento contratransferencial do analista em ações. O antecedente teórico tanto em Jacobs como em Sandler situa *enactments* em um mundo de objeto e, enquanto Jacobs se refere às respostas emocionais do analista e ao subsequente deslocamento para objetos “no mundo interno do paciente”, Sandler recorre à identificação projetiva como o mecanismo de defesa responsável por

^{NT} Esta expressão tem sido traduzida, em geral, no Livro Anual como anuência ao papel, ou seja, a capacidade de responder ao papel designado pelo paciente.

enactments. A perspectiva histórica não estaria completa se deixasse de mencionar o texto de Betty Joseph (1999) *From acting-out to enactment*. Nesse texto, apresentado à Sociedade Britânica em memória de Joseph Sandler, a proximidade em questões teóricas e clínicas entre ambos é evidente. O uso por Sandler de termos como atualização e *role responsiveness* aparece no relato de um exemplo clínico dela. O título da sua apresentação é sucintamente retomado quando ela afirma: “Todo desenvolvimento nessa área de *enactment* trouxe uma importante mudança de ênfase no que poderíamos chamar de *acting-out* a *acting-in*, *enactment* – ou seja, a pressão de agir dentro da relação transferencial”. A maior possibilidade de partilhar descrições e opiniões e de usar termos semelhantes em relatos que se referem principalmente a fatos clínicos se torna evidente. Mas os problemas pendentes relacionados a conceitos pertencentes a teorias que diferem entre si – a despeito de aproximações pessoais – ainda precisam de um exame minucioso.

Pode-se dizer que, tendo em vista essas contribuições, os autores citados acima foram muito importantes na difusão e uso generalizado do termo *enactment*, apesar de suas evidentes diferenças teóricas. Isso é verdade ao menos em países de língua inglesa e em outros que simplesmente incorporaram o termo em suas próprias línguas, como, por exemplo, Argentina e Brasil (ver Cassorla, 2007; Borensztein, 2009). Por outro lado, analistas de língua francesa parecem bastante à vontade com o uso de ‘*mise en acte*’. Finalmente, e em vista do inegável fato de que o termo *enactment* parece ter chegado para ficar, ajudaria muito em nossas discussões entender o que cada um de nós tem em mente quando usa os termos: ação, *acting-out*, *acting-in*, *enactment*, *setting*, identificação projetiva, relações de objeto, transferência, contratransferência, comunicação, recordar, repetir etc. É por essa razão que qualquer discussão sobre *enactment* precisa ser colocada no contexto de nossos diversos antecedentes teóricos.

Seção 2: A descrição de *enactment* como fenômeno clínico

Acreditamos que se pode compreender a prática clínica, ao menos parcialmente, por seus próprios méritos. Isso, evidentemente, não implica subestimar o valor da teoria e, sim, confrontar a prática clínica com uma metodologia mais rigorosa e sistemática que, ao mesmo tempo, seja fiel ao método psicanalítico. A questão é permanecer o mais perto possível da descrição clínica. Acreditamos que aplicar o método fenomenológico na observação e descrição de fenômenos clínicos surgidos na situação psicanalítica é o primeiro passo, necessário e frutífero, para

“apreender a prática dos psicanalistas em seus próprios méritos” (Jiménez, 2009, p. 231)²

Aqui tentaremos descrever como o fenômeno que chamamos *enactment* realmente ‘surge’ na mente do analista; como toma forma no imediato de sua experiência subjetiva. Etimologicamente, o termo ‘fenômeno’ deriva da palavra grega *phaino*, que significa ‘aparecer’. Isso quer dizer que, em seu sentido mais original, um fenômeno é um ‘aparecimento’ e, assim, um acontecimento relacional. É ‘ser para outro’, por oposição a ser em si mesmo, independentemente da percepção de quem quer que seja. Assim, estudar *enactment* como fenômeno clínico implica sua análise como acontecimento intersubjetivo. Não por acaso, em seu trabalho pioneiro, Theodore Jacobs (1986) fala de *enactment* como um fenômeno de contratransferência. Nesse texto inspirador, Jacobs introduz o termo ‘*enactment* contratransferencial’ ao se referir a sutis acting-outs do analista cuja origem se pode encontrar no impacto das transferências do paciente na mente do analista. Começamos, então, tomando por base que *enactment* se define pela experiência do analista no campo relacional que ele estabelece com o paciente.

Nosso primeiro passo foi tentar determinar se a análise de trabalhos teórico-clínicos com relação ao conceito de *enactment*, escritos por psicanalistas de diferentes tradições, permite o desenvolvimento de uma ‘fenomenologia do *enactment*’. Nosso objetivo, portanto, foi comparar vários autores a partir da perspectiva da sua descrição (se chegam a fazê-lo) de *enactment*, com base em sua experiência clínica subjetiva. Em última análise, consideradas todas as questões, não pode existir fenomenologia sem teoria. Isso fica especialmente evidente quando se tenta explicar as discrepâncias entre as definições e descrições dadas por diferentes autores com relação ao mesmo fenômeno. A teoria preferida por autores individuais parece dispô-los a deixar de lado certos aspectos ou a realçar outros. Isso fica especialmente evidente quando se tenta definir a ‘melhor prática’ para lidar com *enactments* ou resolvê-los.

A seguir, descreve-se a fenomenologia do *enactment* como sequência de cinco estágios de um processo clínico complexo.

Estágio 1. Status quo ante: a relação analítica ‘normativa’

De uma perspectiva fenomenológica, presumimos que paciente e analista têm uma representação deliberada um do outro e da sua relação. Essa representação se compõe de expectativas dos pensamentos, sentimentos, crenças e desejos que cada um antecipa do outro, fundamentadas basicamente nas trocas verbais que ocorrem entre os dois. Esses modelos, embora sejam constantemente atualizados e dirijam as

² Usa-se fenomenologia aqui restritivamente como instrumento de observação clínica “às avessas”, algo muito em falta na cultura psicanalítica clínica. Não usamos o termo como método fenomenológico, como a escola filosófica da Fenomenologia faz com todas as suas suposições epistemológicas.

relações interpessoais do par analítico, permanecem inconscientes do ponto de vista descritivo enquanto os dois participantes atuam de acordo com as expectativas mais amplas que o modelo suscita em cada um. Contudo, essas expectativas são constantemente contestadas pelas fantasias inconscientes tanto do paciente como do analista, as quais, embora inerentes ao processo de relacionamento, precisam ser mantidas em segundo plano, para a relação poder atingir os objetivos pretendidos. Todos os modelos psicanalíticos admitem a presença de uma tensão constante entre a ação antecipada do analista e a esperança do paciente, com base em fantasia transferencial. No jargão analítico, codifica-se a resistência do analista a essa pressão, como neutralidade que, como se discutiu acima para outros conceitos significa, na verdade, coisas muito diferentes para diferentes culturas e diferentes relações analíticas. Contudo, em todos os casos, o termo codifica um conjunto normativo de expectativas sobre como se relacionar – uma gramática desmotivada de expectativas descartadas, nos termos da linguística estruturalista. Há uma tensão entre essa maneira normativa de ser do analista e o desejo natural do paciente de se expressar por meio de toda forma de comunicação disponível para ele, inclusive a natureza das relações que cria com o analista.

Estágio 2. O enactment como colapso da relação normativa

O *enactment* representa uma ruptura na vivência de autoconsciência do analista, motivada por um desvio desse processo normativo de experiência interpessoal. Repentinamente, algo parece estar incompleto; o analista se desequilibra, perde o senso de função analítica normal e essa súbita percepção de descontinuidade causa a ruptura do campo fenomenológico. Esse envolvimento no inesperado colapso da teoria do analista, resultante do que quer que seja que esteja ocorrendo naquele momento do processo, é descrito por vários autores de um modo bem semelhante: “Descobri em mim mesmo um fenômeno inusitado”, escreve Jacobs (1986, p. 294); ou “O analista realmente fica ... emocionalmente envolvido ... de um modo que não pretendia” (Boesky, 1990, p. 573). Todas as descrições indicam a existência de certa pressão para atuar que, na ocasião, o analista não entendeu. Pode-se dizer que o analista “se pega atuando”. A pressão que o analista vivencia pode assumir formas variadas, como sonolência, tédio, cochilo, confusão, ansiedade, euforia. Para Steiner (2006, p. 136), o *enactment* se produz como tentativa de o analista diminuir a tensão. Essa qualidade fenomenológica do *enactment* é extremamente compatível com a definição de dicionário:

A definição de dicionário para *enactment* refere-se à atuação ou representação em palco. Usa-se também a mesma palavra, em linguagem legal, em que a ideia original do legislador se transforma por força de *enactment* em estatuto obrigatório a que as pessoas devem obedecer para evitar punição. *Enactment*

dramático do paciente expressa seu desejo de que o analista, que é sua plateia, o acompanhe na suspensão da descrença característica de uma representação.

(D. Boesky, em McLaughlin e Johan, 1992, p. 832f).

Estágio 3. -O analista descobre o enactment depois que ocorre

A posteriori, observando sua contratransferência, e por sinais dados pelo paciente, o analista se dá conta de que “transgrediu a melhor técnica psicanalítica” (que exige que ele permaneça em nível simbólico e verbal) enredando-se em *enacting* com seu paciente. De qualquer modo, a atenção do analista se volta para um tipo de ação imediata que o enreda na relação com o paciente. Essa ação também pode ser verbal, como em *enactments* interpretativos. Nessa descoberta do analista está implícita, primeiro, a revisão de suas ações nos momentos anteriores (a janela fenomenológica de suas ações das quais ele tem consciência) e, em segundo lugar, a comparação desse ato com atos passados, pelo mesmo analista, em situações semelhantes, em sua própria memória episódica ou em representações de comportamentos analíticos ideais codificados em sistemas de memória semântica. Tanto a revisão como a comparação são atos intencionais no sentido fenomenológico e, assim, estão sujeitos a serem afetados pelas limitações da autoconsciência.

Estágio 4. Reconhecimento do conluio, recuperação do senso de função analítica

A revisão e comparação da situação específica leva o analista a pensar que, em meio à situação psicanalítica, a fantasia transferencial do paciente foi ‘atualizada’. Isso significa que a lacuna entre a postura pretendida do analista e o ato em que ele se viu envolvido pode ser considerada completa se ele pressupõe que agiu de forma inconsciente, em consonância com a experiência do paciente a seu respeito, ou algum outro derivativo ou resíduo da experiência do paciente do relacionamento dentro do contexto das complexas relações de papéis^{NT} que existem entre os dois indivíduos. Em um processo analítico estabelecido, tanto paciente como analista estão comprometidos a ficar no nível simbólico e verbal das coisas. Quando os analistas se veem envolvidos em ação (em ‘conluio’ com os desejos inconscientes do paciente ou simplesmente atuando de forma consistente com as relações implícitas de papéis que ambos vivenciam), o modelo infere que o paciente perceberá com frequência a mudança de experiência, ou seja, que o analista atuou de acordo com a fantasia do paciente (não a do analista). Isso não deve causar uma ruptura na experiência consciente que o paciente tem da relação, mas ele pode, contudo, comunicá-la ao analista (via sonhos, por exemplo). O *enactment* do analista pode assim ser entendido como consequência de uma espécie de tentativa automática, inconsciente, de liberar a

^{NT} No original: role-relationships.

tensão contratransferencial. Isso suscita a questão de por que o analista cedeu a essa tensão, naquele momento específico, considerando-se que a tensão é uma presença em segundo plano mais ou menos constante. Pode ser que, naquele momento, a pressão do paciente tenha sido especialmente intensa, ou a capacidade de o analista resistir à pressão estivesse particularmente fraca. Mas, independentemente dessas considerações intrasubjetivas específicas, podemos dizer que, dessa perspectiva fenomenológica, todo *enactment* é ‘*encenado a dois*’.

Estágio 5: Resolver o enactment: da ameaça à oportunidade

Nesse último estágio do processo complexo que descrevemos, encontramos diferentes caminhos por meio dos quais resolver o *enactment*. Os kleinianos, por exemplo, tipicamente redirecionam, pela interpretação, o *enactment* para a fantasia transferencial do paciente que, via identificação projetiva, teria induzido o analista a ser cúmplice dessa fantasia, satisfazendo-a. Outros, como alguns freudianos contemporâneos e psicanalistas relacionais, também buscam, via autoanálise, as raízes de seu próprio mundo interno e interpretam a partir daí.

Os psicanalistas relacionais recomendam que, se o *enactment* contratransferencial implicasse retraumatizar o paciente, o analista deve reconhecer diante do paciente essa falha de empatia, como parte do processo de interpretação do *enactment* (Benjamin, 2009).

Em qualquer caso, o modelo fenomenológico que propomos está alinhado com o atual consenso entre as escolas psicanalíticas. Concluimos que *enactments* são inevitáveis e que, sendo objeto de análise posterior, podem tornar-se um poderoso meio de atingir profundidades internas dissociadas do *self*, tais como experiências traumáticas iniciais.

Seção 3: As regras de discussão

Critérios gerais para a construção de conceitos

Seria inútil tentar realizar a discussão de qualquer conceito sem que, primeiro, concordemos com algumas regras ou critérios por meio dos quais avaliarmos nossos respectivos argumentos. Talvez o primeiro ponto a estabelecer seja o de que estamos trabalhando com conceitos psicanalíticos. Assim, temos que começar com uma definição operacional da própria ‘psicanálise’ – definição suficientemente ampla para admitir discussão a partir das muitas vertentes de nossa grande comunidade, mas suficientemente específica para garantir que o nome psicanálise não signifique que “vale tudo”. Acreditamos que é suficientemente seguro ficar com a definição pragmática dada por Freud (1923), segundo a qual a psicanálise é, em primeiro lugar, um procedimento específico para revelar processos mentais que, de outro modo, não

estariam acessíveis e, em segundo lugar, um método de tratamento derivado do processo investigativo e, apenas em terceiro lugar, um conjunto de pontos de vista (conceitos) psicológicos adquiridos por meio da prática. Freud afirmou que esse último componente é o mais variável dos três, estando sujeito a revisões tendo em vista o que a prática ensina. Isso não representaria problema para nós, pois é exatamente o que nos dispusemos a estudar: se o conceito 'X' deve ou não ser parte do conjunto de ideias psicanalíticas. Portanto, nosso trabalho está dirigido à terceira parte da definição de Freud e devemos considerar a questão se conceitos psicanalíticos são consistentes com uma descrição amplamente partilhada do procedimento psicanalítico. Em outras palavras, as lições de nossa prática estão destinadas a ser os fatores de orientação, de modo que o nosso esforço é em sua maior parte pragmático (no sentido filosófico de 'pragmático').

A começar pela definição de procedimentos da psicanálise, apresentada por Freud, devemos então concordar com o procedimento por meio do qual se formula um conceito. Um modelo muito bom e pragmático de formação de um conceito foi apresentado, mais uma vez, por Freud (1915) nos parágrafos de abertura de *As pulsões e seus destinos*. Um breve resumo desse modelo seria:

1. Nenhuma ciência jamais começa com conceitos claros e exatamente definidos; antes, começa pela descrição de fenômenos, para depois avançar em direção a agrupá-los, classificá-los e correlacioná-los.
2. Mesmo nesse estágio, é impossível evitar a aplicação de certas ideias abstratas preconcebidas ao material disponível – ideias derivadas de alguma parte. Essas ideias são indispensáveis e, de início, necessariamente possuem certa indefinição.
3. Chegamos à compreensão do sentido dessas ideias pela constante referência ao material de onde parecem ter derivado, mas sobre o qual, de fato, as ideias foram impostas. Estritamente falando, nesse estágio têm o caráter de convenções. Mesmo assim, tiveram que ser escolhidas por causa de suas relações significativas com o material empírico, relações que 'percebemos', antes de sermos capazes de demonstrá-las.
4. Apenas depois de uma investigação mais minuciosa do campo observacional, estamos em condições de formular conceitos mais precisos e modificá-los, de modo a que se tornem úteis e consistentes em uma vasta área.
5. Então, pode ter chegado a hora de confiná-los em definições. O avanço do conhecimento, contudo, não tolera qualquer rigidez, mesmo com as definições. Como a física demonstra mesmo 'conceitos básicos' estabelecidos na forma de definições são constantemente alterados em seu conteúdo.

Com base nesse breve resumo, e com a ajuda de reflexão adicional sobre a aquisição de conhecimento, torna-se possível propor um número de critérios para a construção de um sólido conceito. Esses critérios, então, constituem um conjunto

mínimo que eventuais participantes de uma discussão conceitual precisarão aceitar de antemão para poder haver uma discussão útil:

- A. *Relevância*. O conceito pertence ao domínio da prática e do pensamento psicanalítico, como definido acima?
- B. *Refutabilidade / Falsificabilidade*. Pode-se pensar em contrafactual, ou seja, algo a que nosso conceito não se refira ou que seria uma exceção a ele? Isso é para assegurar que o conceito tem um significado, ou seja, um uso possível, uma vez que um conceito que não seja potencialmente falsificável não pode, na verdade, tornar-se um instrumento de trabalho tanto na prática como na teoria.
- C. *Procedimento* (definição operacional). Um conceito deve, na medida do possível, assinalar um fenômeno observável. No caso da psicanálise (de acordo com a definição acima), 'observável' não significa necessariamente 'comportamental'; pode referir-se a alguma experiência 'privada', não visível, do ponto de vista de uma terceira pessoa. Mesmo assim, considerando que nossa disciplina se volta essencialmente à prática, devemos ter condições de descrever o procedimento por meio do qual se possa obter o fenômeno relativo ao nosso conceito. Essa definição operacional permite certa medida de confiabilidade. Por exemplo, um paciente pode dizer que sempre que o analista interpreta, ele sente uma 'queimação' na barriga. Algo que não pode ser observável pelo analista nem qualquer outra pessoa, mas permanece o fato de que o paciente relata a mesma experiência a cada vez e, se entrevistado por outra pessoa, irá atestar que experimentou realmente tal sensação após uma interpretação dada a ele.
- D. *Consistência interna*. Todo conceito deve ter consistência interna, ou seja, deve referir-se a fenômenos semelhantes em épocas e situações diferentes. Em outras palavras, deve ser relativamente fácil para outras pessoas, achar o conceito 'útil', como Freud teria dito (veja item 4 acima).
- E. *Consistência contextual ou intrateórica*. Mesmo que o conceito faça sentido (quer dizer, seja passível de aplicação), ele também precisa ter consistência contextual inserindo-se com relativa facilidade no conjunto de conceitos psicanalíticos já existentes. Se não o fizer, então são possíveis duas coisas: ou é um conceito falso ou vazio, possivelmente não psicanalítico (por exemplo, o conceito de 'fluido magnético' pode ter servido para 'explicar' alguns fatos clínicos tais como a atitude afetuosa com o terapeuta, mas definitivamente não é um conceito psicanalítico); ou sua inconsistência com a teoria existente não é um defeito em absoluto, mas se revela uma sinalização para a necessidade de uma mudança de grande porte na teoria existente (como exemplo, basta pensar no conceito de 'narcisismo' e em como acarretou mudanças importantes na teoria psicanalítica).

- F. *Parcimônia* (a navalha de Occam). Devemos sempre nos indagar: “Esse conceito é necessário ou é apenas outra palavra para coisas já conhecidas, embora conceituadas de forma diferente?” Isso é importante se pretendemos evitar a multiplicação de conceitos que nada acrescentam a nosso conhecimento e servem apenas para aumentar a confusão na linguagem. Podemos considerar que se trata de uma exigência para que o conceito tenha um caráter único ou distinto, na contramão do frequentemente mencionado ‘narcisismo das pequenas diferenças’.
- G. (Opcional) *Convergência extra-analítica*. Mesmo que desejemos adicionar validação externa a nossa lista, temos que nos privar de fazê-lo: nossa ciência não é experimental, portanto, não podemos esperar qualquer experiência que possa apoiar ou refutar inequivocamente uma asserção sobre um conceito ou uma teoria. O que podemos buscar, em vez disso, é alguma forma de correspondência direta ou, mais frequentemente, indireta – ou convergência – com observações ou conceitos fora do campo analítico (por exemplo, conceitos neurocientíficos, filosóficos, linguísticos, antropológicos ou de outros domínios). Com frequência, é uma manobra delicada, exigindo particular meticulosidade da parte dos analistas. Muitos autores, na verdade, quando buscam apoio em outras disciplinas, deixam facilmente a postura psicanalítica específica em favor de outras teorias ‘científicas’ aparentemente mais robustas. Aqui, consideramos necessário reafirmar que a psicanálise é uma disciplina independente, dotada de um método específico, um objeto de investigação específico e um conjunto específico de conceitos. Quando nos voltamos para outras disciplinas que parecem estar estudando fenômenos relacionados aos que investigamos, temos que nos precaver contra a criação de amálgamas, para que nossa iniciativa não seja inútil.

Provavelmente se podem acrescentar outros critérios a essa lista, mas acreditamos que os mencionados acima são suficientes para garantir um ‘tratamento’ epistemológico aceitável de determinado problema conceitual em psicanálise e, assim, uma discussão útil de qualquer conceito psicanalítico.

Testando o modelo

Vejamos o que acontece se usarmos o conceito de *enactment* para testar nossos requisitos:

- A. *Relevância*. A exigência de relevância parece facilmente satisfeita, já que a ideia de *enactment* resultou da descrição de eventos ocorrendo dentro do campo analítico e por meio do contraste entre esses eventos e a atitude analítica esperada.
- B. *Refutabilidade/falsificabilidade*. Pela mesma razão, a refutabilidade está atendida, de forma evidente, exatamente pela natureza excepcional do

enactment. Como se mencionou acima, *enactment* é considerado uma ocorrência tão oposta à atitude esperada de um analista que nos sentimos seguros do seu referente específico e dos possíveis fatos em oposição. Poder-se-ia, por exemplo, descrever uma interpretação oportuna, apropriada e útil a que o par analítico poderia chegar como contraposição a um *enactment*.

- C. *Procedimento*. A descrição operacional é de certa forma complicada, já que *enactment* descreve o resultado, no momento da ocorrência, de alguma falha na capacidade de sustentação ou continência, do analista, ao lidar com sua contratransferência ou, de modo mais geral, de simbolizar. A palavra 'falha' não tem qualquer conotação moral ou pejorativa; significa simplesmente uma mudança na forma de expressão. Por essa razão, não podemos descrever um procedimento definido para observar *enactments*, mas apenas recorrer à descrição negativa de um movimento (ou 'falha') de uma forma de expressão simbólica para outra menos simbólica; contudo, pode-se considerá-la suficientemente operacional por si só.
- D. *Consistência interna* é, até certo ponto, problemática no caso do *enactment*. Embora se possa supor que o trabalho de qualquer autor individual pudesse proporcionar tal consistência interna (o que exigiria, naturalmente, examinar a questão de perto) existe certa inconsistência nas formas de diferentes autores usarem o conceito. Aqui, há lugar para orientação, debate e futura reformulação a fim de se chegar, de modo satisfatório, a uma definição interna consistente do conceito. Por essa razão, exatamente, é que estamos propondo os critérios atuais!
- E. *Consistência contextual ou interna à teoria* não parece representar um grande problema, embora seja preciso ver que essa questão se sobrepõe à da parcimônia conceitual. A ideia de *enactment*, por se definir, ao menos na origem, como acontecimento injustificável, no contexto da relação transferencial, pode se integrar perfeitamente à teoria psicanalítica, sem necessidade de modificação significativa. Parece encontrar seu lugar em um grupo de conceitos como os de transferência, contratransferência, *acting-out*, *acting-in*, *holding*, simbolização, repetição e assim por diante. De modo mais geral, o conceito não pode deixar de levantar questões teóricas mais fundamentais, tais como a teoria implícita da mente (por exemplo, como conceber o relacionamento entre pensar e agir, a natureza do pensar, o discurso como ação e assim por diante).
- F. *Parcimônia*. A parcimônia conceitual é, a nosso ver, o que coloca o desafio maior para 'enactment'. Esse problema faz eco com a questão da consistência interna, mas em um nível mais profundo. A rigor, poderíamos indagar: por que o conceito de *enactment* é amplamente usado na tradição psicanalítica nas regiões de língua inglesa, porém muito menos na América Latina e na França? Fatores culturais podem desempenhar um papel, mas também é possível que a

teoria preexistente esteja sendo usada de modo diverso nessas regiões. Por exemplo, pode ser que transferência e contratransferência sejam concebidas na América do Norte ou na Alemanha de modo diverso ao da França, de tal forma que *enactment* é visto como um evento notável em um meio, exigindo um nome específico, mas esteja atualmente implícito na definição de, vamos dizer, contratransferência ou identificação projetiva em outros meios e, portanto, não requeira um conceito suplementar. Com base nesse exemplo, podemos ver que, ao se introduzir um novo conceito, torna-se necessário, por sua vez, definir mais minuciosamente conceitos próximos, dado a inevitável inter-relação de conceitos.

- G. *Correspondência extra-analítica* ou validação externa não parecem aplicar-se no caso de *enactment*.

Concluindo, consideramos que se pode obter um consenso bastante satisfatório em torno da definição de *enactment*, mas não um acordo total, desde que há problemas residuais com relação a pelo menos dois critérios: consistência interna e parcimônia conceitual. Isso não impede a aceitação de *enactment* como um conceito sólido por si só, mas parece provável que, para que ocorra, precisaremos reexaminar alguns conceitos próximos e finalmente definir suas fronteiras. Pode-se também imaginar que permanecerão diferenças culturais, já que a psicanálise é essencialmente uma prática integrada na cultura e na sociedade. Assim, fica ainda a possibilidade de que *enactment* seja visto, digamos, por um analista francês como apenas uma manifestação de contratransferência [*un agir contre-transférentiel*], podendo ser assim considerado no corpo desse conceito, em vez de exigir um conceito separado. Nesse cenário, *enactment* ainda pode ter um sentido (uso), mas simplesmente como descrição de um modo de exemplificar a contratransferência. Um colega norte-americano, por outro lado, pensa em contratransferência de um modo que não leva em conta o tipo acontecimentos que '*enactment*' descreve. Isso mostra que o conceito de contratransferência, em si mesmo, foi de alguma forma 'atingido' pela inserção do *enactment* em nosso vocabulário psicanalítico, e deve provavelmente submeter-se a escrutínio crítico semelhante.

Seção 4: Dando sentido ao fenômeno de *enactment* nas diversas versões conceituais

Enactment envolve um colapso no diálogo analítico em que o analista age involuntariamente, atualizando assim desejos inconscientes tanto dele como do paciente. Esse colapso implica distúrbio da função simbólica; surge algo que não é acessível pela linguagem no momento do *enactment*. O que vier depois desse momento determinará se o *enactment* terá valor terapêutico, ou seja, se a função

simbólica será restaurada e o trabalho de integração poderá, ou não, ocorrer. Tanto o material antes simbolizado (reprimido) como o não simbolizado (relacionado a trauma) pode emergir. Além disso, *enactments* podem ser induzidos pelo paciente, pelo analista (Ellman, 2010) ou reciprocamente (McLaughlin, 1991), por exemplo, quando a resposta atuada [enacted] do analista enfraquece o intercâmbio simbólico.

A maioria dos relatos descreve *enactment* como um episódio definível em um processo com distinções mais ou menos claras entre a fase anterior, a do momento e a posterior. O *enactment*, contudo, também pode ser prolongado e incorporado na técnica habitual do analista (Jacobs, 1986).

Conceitua-se *enactment* de forma diferente de acordo com a teoria subjacente de cada autor. Na Seção 2, identificamos a existência de diferenças fenomenológicas significativas, mas também notamos que há sobreposições, em vez de fronteiras claras entre as diferentes concepções. As diferenças entre teorias explícitas ou implícitas também podem tornar incompatíveis diferentes conceituações de *enactments*.

Com a ampliação da concepção de contratransferência, exemplificada pelo conceito de *enactment*, as idiosincrasias pessoais do analista tornam-se foco da teoria psicanalítica. Isso coloca novos desafios para a teorização psicanalítica da díade analítica, especialmente considerando-se que o *enactment* é um evento aleatório (em parte não determinista) que confronta a teoria com relações de incerteza. Com base nessa perspectiva, o *enactment* não pode ser previsível nem evitável.

Encontram-se diferentes perspectivas de *enactment* na literatura. *Enactment* é visto de forma variada como um desvio da norma; como um desvio do bom padrão técnico e da condução da situação psicanalítica; como uma leitura hermenêutica equivocada e reação 'errada' do analista, com base em seus próprios conflitos; como uma interação construída em conjunto entre as subjetividades do analista e do paciente; ou como aspecto integrante do diálogo em curso entre analista e paciente.

A regra na psicanálise é 'discurso, não ação'. O objetivo de simbolizar material não simbolizado, ou de tornar consciente material inconsciente, funciona como exigência ética. Contra esse pano de fundo, *enactment* aparece como uma quebra não intencional da regra. O colapso subsequente da função simbólica implica em colapso da ética da psicanálise (ou seja, o terceiro moral; Benjamin, 2009).

A compreensão do processo de *enactment* e as implicações técnicas que se seguem a essa compreensão é motivo de divergência nas teorias das diferentes escolas. A elasticidade de conceitos referida antes (Sandler, 1983) implica que precisamos investigar a formação de um conceito com mais profundidade; um modo de fazê-lo é identificar as dimensões de significado relativas ao conceito. Neste estudo, escolhemos uma abordagem por categoria para examinar o *enactment* e identificamos as dimensões principais do conceito capazes de permitir o exame detalhado da sua conceituação por diferentes escolas. Pode-se ver assim que dimensões parecem as mais destacadas para julgar compatibilidade ou incompatibilidade e decidir que nível de integração é possível.

De modo geral, há quatro abordagens principais ao *enactment*, coincidindo com a escola kleiniana, a moderna psicologia norte-americana do ego, a psicologia do *self* e a psicanálise intersubjetiva/relacional. Além disso, há a tradição francesa, em que se usa raramente o conceito de *enactment*, mas fenômenos semelhantes são descritos (por exemplo, *mise-en-scène*) e a tradição germânica que tem uma longa história, em grande parte não reconhecida pela comunidade psicanalítica mais ampla, de estudo de como o psicanalista pode ser levado a cenários inconscientes e agir de acordo com eles (*'Mitagieren'*; Klüwer, 1983; Klüwer, 1995).

A tarefa deste projeto foi investigar se o conceito de *enactment* é necessário no nível teórico (ou se outros conceitos têm relação, de fato, com *enactment* ou 'cobrem' os mesmos fenômenos), e se é considerado necessário para a teoria ou útil para a prática clínica. Na Seção 3, identificamos áreas problemáticas relativas à descrição operacional do conceito, sua consistência interna e parcimônia conceitual. Investigar as dimensões do conceito é um modo de especificar a natureza e extensão de qualquer falta de clareza para sua aplicação e as implicações que isso pode acarretar para o uso do termo.

Identificamos algumas dimensões que analisaremos, com o objetivo de demonstrar a abordagem dimensional, estando cientes de que não podemos fazer total justiça às nuances de cada contribuição e também de que algumas contribuições importantes não serão tratadas.

Ação versus pensamento

Ação e pensamento podem ser vistos como dicotômicos ou como as duas faces da mesma moeda. Alguns kleinianos mantêm uma visão dicotômica e consideram *enactment* um *acting-out* em que deveria ter ocorrido pensamento (continência, reflexão). Steiner, por exemplo, escreve que uma situação com sentimentos intensos deve alertar o analista para a necessidade de revisar seu modo de olhar o material. O analista pode, então, interpretar, em vez de agir. Contudo, apenas depois do fato o analista toma consciência do *enactment*, e isso é então visto como uma falha na capacidade de continência (Steiner, 2000).

Jacobs (2001, p. 654) refere-se a situações em que necessidades particulares, conflitos e preconceitos do analista, não raramente enraizados em conflitos narcisistas, ficam encravados em suas intervenções bem apropriadas e corretas. Identificam-se duas formas de *enactment* contratransferencial: a) as ativadas em nível não verbal, que não podem ser identificadas de antemão e só podem ser trabalhadas após o fato; b) as que são comunicadas por emoções, pensamento, fantasia ou lembrança, que poderiam ser contidas por reflexão e autoanálise.

Levenson (Escola Relacional), por outro lado, defende que *enactment* não é apenas um sentimento que o terapeuta tem, como uma contratransferência, mas um padrão de comportamento entre analista e paciente. É um processo contínuo e

ubíquo, e é o componente comportamental do que está sendo conversado (Levenson, 2006). A subjetividade do analista estará sempre presente em intervenções, atitudes, e assim por diante, e vai 'intervir' de maneira não consciente ou inconsciente na relação analítica. *Enactment*, portanto, não é um evento específico; o analista atua com sua subjetividade todo o tempo. Renik (1993, p. 560) afirma:

É impossível para o analista estar nessa posição [focado objetivamente na realidade interna do paciente] mesmo por um instante, já que estamos agindo constantemente na situação analítica com base na motivação pessoal, da qual só poderemos tomar consciência depois do fato.

Nessa última concepção, *enactment* não é um evento específico ou mesmo um 'desvio' introduzido na técnica habitual do analista; antes, o analista atua com sua motivação subjetiva todo o tempo. Pensar e agir são dois lados da mesma moeda.

Níveis de simbolização e de não simbolização

A simbolização está estreitamente ligada à lembrança. Scarfone defende que lembrar, quando em atividade, não é um ato simples de 'recordar' ou 'evocar'. Implica a transmutação do material em uma nova forma, para ser trazida ao campo psíquico em que as funções de lembrar e a integração podem ocorrer (Scarfone, 2011). A transmutação mencionada por Scarfone implica, assim, diferentes níveis de simbolização.

As duas formas de *enactment* de Jacobs (não verbal e fantasia/mediada pelo pensamento) contêm uma teoria implícita de simbolização. Consideram-se *enactments* como atualizações de cenários relacionais em que material inconsciente, com déficit de simbolização, é ativado tanto no paciente quanto no analista. Considera-se que seja parte inevitável da interação analítica e seu resultado depende da habilidade do par analítico de trazer o *enactment* para o campo psíquico.

A posição de Steiner, representativa de alguns kleinianos, tende a ver pensamento e ação como dicotômicos, e também implica uma teoria da simbolização, apesar de não ser formulada explicitamente.

Como discutido acima, a escola relacional defende que pensamento e ação são duas faces da mesma moeda e seus membros parecem colocar o *enactment* em um contexto teórico diverso. Na escola relacional, o entendimento de *enactment* em termos de necessidade de simbolização de material com déficit de simbolização (por exemplo, relacionado a traumas) tende a não ser levado em consideração e permanece vago.

A pesquisa de Freedman e colegas sobre o processo analítico, que integra a moderna psicanálise norte-americana, é o único trabalho encontrado por nós que desenvolve simbolização e trauma em relação a *enactments* (Freedman, Hurvich e Ward, 2011).

Enactment como falha versus enactment como parte inevitável do processo psicanalítico

Aqui a linha divisória incide, sobretudo, entre alguns kleinianos que, por um lado, consideram *enactment* uma falha, modernos psicanalistas norte-americanos, psicanalistas relacionais e também as tradições alemã e francesa, por outro, dentro das quais se considera o *enactment* acontecimento imprevisível e inevitável; alguns materiais inconscientes só podem emergir por meio da ação.

Para alguns autores, *enactment* é parte inevitável do processo analítico. Embora seja entendido de formas diferentes, e possa mesmo ser descrito como ‘erro’ (veja Chused e Raphling, 1992), é com o que nós, enquanto analistas, precisamos lidar como parte do nosso trabalho habitual. Boesky (1990, p. 573) afirma: “Se o analista, cedo ou tarde, não ficar emocionalmente envolvido, de maneira não pretendida, a análise não avançará para um término bem sucedido”.

Do ponto de vista da psicologia do *self*, Goldberg (2002) defende que não faz sentido discutir se *enactments* são falhas ou não. Eles são formas possíveis de trazer material (reprimido ou negado) para o campo psicanalítico e são vistos como mal-entendidos que tanto podem ficar fora de escrutínio como serem esclarecidos por interpretação.

Envolvimento da subjetividade do analista

Existe consenso de que o *enactment* é um processo que envolve a subjetividade do analista. Representantes da perspectiva relacional alegam que a subjetividade do analista está sempre envolvida e em todos os níveis da relação analítica. Não é possível ocultar a própria subjetividade; além disso, a subjetividade do analista (inclusive sua motivação inconsciente) exercerá influência nas interpretações, nas atitudes, no manejo do *setting* em geral e assim por diante.

Enquanto a maioria dos colaboradores reconheça que cada *díade* analítica é única, na medida em que as personalidades e idiossincrasias do analista e do paciente colocam decisivamente sua marca nesse vínculo, teóricos relacionais defendem que esse fato exigirá que o analista também revele ao paciente suas próprias reações, seus sentimentos ou impulsos em momentos críticos do processo analítico. Benjamin criou um conceito, ‘o terceiro moral’, que pode sobreviver a falhas e a rupturas da atitude analítica; ele ajuda a substituir os ideais de invulnerabilidade e total continência. O reconhecimento do analista (ou falha) pode ser um modo de demonstrar sua capacidade de tolerar o escrutínio do outro, transformar a gangorra complementar de culpa e convidar o paciente a ser um intérprete do analista e um criador do diálogo conjunto e, assim, desenvolver seu próprio senso de iniciativa e responsabilidade (Benjamin, 2009).

Jacobs e Steiner afirmam que os *enactments* se ‘engancham’ nos conflitos ou traumas inconscientes do analista que não foram suficientemente elaborados. Com frequência, a pressão do paciente (identificação projetiva, atualização) cria um desequilíbrio narcísico (Ellman, 2010) no analista, incitando-o à ação, em lugar da continência, reflexão e, possivelmente, interpretação.

Utilidade versus nocividade

Enactment pode ser potencialmente prejudicial se considerado falha de continência (Chused e Raphling, 1992; Steiner, 2000) ou erro que retarda o processo analítico (Chused e Raphling, 1992). Contudo, há concordância a respeito da visão de que o que ocorrer após o *enactment* será decisivo para o resultado – ou seja, se o *enactment* será ou não prejudicial. Mesmo se o *enactment* for uma falha (Steiner) ou algo inevitável (Jacobs), a autoanálise ou a análise da situação de transferência-contratransferência pode melhorar o contexto analítico e também trazer novo *insight* e progresso.

Considerar o *enactment* como falha implica que ele pode (e deve) ser evitado. Em contraposição, aceitar que o *enactment* é inevitável muda o foco para como trabalhar com *enactment* a fim de atingir um resultado benéfico.

Levenson vê o *enactment* como ubíquo, como um processo em curso, acompanhando todos os aspectos do diálogo analítico. Assim, a questão da nocividade se torna irrelevante, e é possível questionar se Levenson e outros analistas relacionais estão na verdade descrevendo um fenômeno diverso.

Mecanismos de indução

Enactment, de acordo com a visão de kleinianos e a moderna escola norte-americana, é um momento específico em que o analista é levado a uma situação de atuação recíproca: um cenário em que se exclui pensamento e reflexão. Entende-se geralmente que a pressão veio do paciente, embora se possa observar pressão mútua ou recíproca (McLaughlin, 1991; McLaughlin e Johan, 1992) em que conflitos do analista reforçam a tendência do paciente a agir. Há a atualização de uma fantasia inconsciente na transferência, a pressão é mediada via identificação projetiva, e o analista *acts in* em função de problemas contratransferenciais não resolvidos.

Considerar o *enactment* como ubíquo (como na Escola Relacional) torna menos relevante o estudo de mecanismos específicos de indução.

Concepção do setting

Negociações sobre o *setting* (preços, horários etc.) são uma arena possível para *enactments*. Com alguns exemplos esclarecedores, Goldberg (2002) demonstra que

qualquer mudança, seja uma atitude leniente ou rigorosa, pode provocar *enactments*. Ele vê isso como desentendimentos mútuos e ressalta que precisam ser incluídos no diálogo analítico. O relacionamento analítico visa o entendimento mútuo e *enactments* são situações de falta de entendimento que podem ser ignoradas (por exemplo, negadas) ou interpretadas e, desse modo, fazer o processo analítico avançar. A visão de Goldberg parece estar em sintonia com a corrente principal da psicologia do ego e sua contribuição é focar nessa arena de *enactments* que com frequência é ignorada.

Seção 5: Integração das diferentes conceituações de *enactments*

Existe um conceito razoavelmente unificado de *enactment* em psicanálise? A resposta deve ser não. A investigação sucinta descrita na seção anterior demonstrou diferenças significativas entre pontos de vista divergentes. *Enactment* não pode ser ao mesmo tempo um fenômeno onipresente descrevendo a marca inevitável da subjetividade (inconsciente) do analista no par analítico (como na visão relacional) e uma situação específica criada em conjunto pelos conflitos não resolvidos de paciente e analista.

A definição de *enactment* como desvio da técnica analítica entendida como normativa ou ideal deve tornar-se o principal foco quando se discute o problema de estabelecer se, e em que medida, é possível integrar as diversas concepções. Desejamos discutir com mais detalhe a dimensão '*Enactment* como falha versus *enactment* como parte inevitável do processo psicanalítico' que já foi sucintamente descrita. Obviamente, seria possível agrupar as diferentes versões do conceito de '*enactment*' de acordo com outros critérios ou dimensões e provavelmente obteríamos resultados diferentes em termos de integração. Para uma análise mais intensiva do conceito, seria necessário proceder, de modo semelhante, com todas as dimensões descritas nas seções anteriores, de modo a vermos todas as semelhanças e diferenças reais entre as várias concepções de *enactment*. Contudo, limitamos nossa discussão à dimensão de 'falha' porque parece a mais importante. Aqui, usamos a ideia de um continuum começando com '*enactment* como falha' até '*enactment* como parte normal das interações do par analítico' para pôr em uma ordem as diferentes concepções.

Em um polo do continuum podemos colocar a concepção kleiniana de John Steiner. Ele enfatiza que a relação analítica cria no analista tensão constante para agir. A tarefa do analista é conter a tensão e controlar a pressão para agir:

Surge uma possibilidade importante de comunicação se o analista conseguir conter sua propensão para a ação, já que, assim, pode olhar para a pressão a que foi submetido e para os sentimentos despertados nele como parte da situação que necessita compreensão.

(Steiner, 2000, p. 245)

É a situação ideal desejável. Contudo, com bastante frequência o analista só toma consciência do que ocorreu depois de se envolver em um *enactment*. *Enactments* são entendidos como falhas de continência e quebras do *setting*. Com frequência são expressões da resistência do analista ao método analítico e ao *setting*. Os *enactments* podem fornecer informações úteis, mas, por definição, ultrapassam a fronteira do pensamento para a ação e, a menos que sejam reconhecidos e regulados, podem entrar em uma zona cinzenta entre técnica normal, erro técnico e violação antiética de limites. Em níveis diversos tornam-se sempre prejudiciais, mas, apesar de tudo, os perigos precisam ser aceitos.

Próxima da concepção kleiniana de *enactment* como falha, porém com metapsicologia diferente, podemos situar a conceituação de Arnold Goldberg, representante da tradição da psicologia do *self*. Goldberg desenvolveu uma concepção hermenêutica da psicanálise e em geral encara o par analista-paciente como um esforço de melhorar o entendimento mútuo. Ele diferencia rupturas das reações comuns e costumeiras do analista, que depois não aparecem no discurso, dos *enactments* disruptivos que o analista pode descobrir e levar ao discurso. Essas reações podem ser discutidas entre analista e paciente e compreendidas como algo que está errado e como falta de entendimento. Goldberg não baseia tanto sua concepção na situação ideal de conduta analítica, e sim no desenvolvimento do par concreto no curso do tratamento. Ele enfatiza que muito do que se considera comum e habitual depende das características pessoais do analista. Portanto, o que é *enactment* para uma pessoa é rotina para outra. Uma explicação adequada de *enactment* só pode referir-se apenas a determinada pessoa.

Podemos colocar a concepção de Jessica Benjamin nessa parte do continuum, também, embora ela tenha uma metapsicologia intersubjetiva. Portanto, sua concepção precisa ser integrada ao grupo de concepções relacionais. Benjamin buscou um modo de transformar o pensamento psicanalítico com relação ao *enactment*, não só por ser necessário reconhecer o papel inconsciente do analista, mas por acreditar que material traumático dissociado e emoções penosas só podem ser habitualmente ativados dentro de tais *enactments* relacionais. Em *enactments*, analista e paciente repetem velhas feridas e se o analista não as reconhece ele fracassa como testemunha. Em muitos casos, o analista precisa admitir francamente o dano causado ao desempenhar seu papel e criar uma validação consensual, pois essa admissão permite que o afeto penoso dissociado adentre o consultório. Benjamin o chama de criação de 'um terceiro moral' que pode sobreviver à falha do analista. O analista reconhecer sua falha pode ajudar a substituir os ideais de invulnerabilidade e de total continência como objetivos do tratamento.

Theodore Jacobs pode ser colocado como o próximo na linha do continuum, a meio caminho, por assim dizer, entre kleinianos e a posição de muitos analistas da moderna psicologia do ego norte-americana. Para ele, *enactments* são motivados por

conflitos inconscientes do analista. São situações nas quais necessidades, conflitos e preconceitos pessoais do analista (não raramente com raiz em conflitos narcísicos) estão incorporados e dissimulados por intervenções bastante apropriadas e corretas. Esses *enactments* servem claramente a propósitos defensivos. A autorreflexão do analista permite que lembranças relevantes possam vir à tona, tornando-se conscientes. Jacobs oscila entre a psicologia-unipessoal e a psicologia-bipessoal. Além dos *enactments* motivados inconscientemente pelo analista, ele descreve um segundo grupo no qual cada membro do par terapêutico busca impor ao outro uma relação intrapsíquica. Esses *enactments* precisam primeiro ser encenados [enacted] antes de poderem ser reconhecidos.

A posição intermediária no continuum é ocupada por um grupo de analistas da moderna psicologia do ego norte-americana. Para eles, *enactments*, especialmente *enactments* contratransferenciais, são universais e inevitáveis. Eles são consequência da vulnerabilidade do analista. Embora nesse sentido *enactments* sejam falhas, eles não são mais avaliados como tal. De acordo com Chused, *enactments* ocorrem quando o comportamento ou as palavras de um paciente estimulam um conflito inconsciente no analista, levando a uma interação de sentido inconsciente para ambos. McLaughlin vai um passo além em direção de uma concepção interpessoal. Para ele, *enactments* se constituem em consequência de uma regressão partilhada. Eles são

acontecimentos que ocorrem no par analítico e que os dois participantes vivem como consequência do comportamento do outro... Um exame minucioso dos comportamentos interpessoais moldados entre os participantes do par fornecerá indícios e mais indícios que levam a conflitos intrapsíquicos latentes e remanescentes de relações de objeto anteriores que um ajudou a avivar em ressonância ao outro e, entre eles, atualizado para ambos.

(McLaughlin, 1991, p. 80)

McLaughlin ressalta que *enactment* é “um processo conjunto de tentativa de influência e persuasão recíproca” (1991, p. 84). Mas ocorre apenas quando os conflitos avivados no analista e no paciente se encaixam, significando que estão em ressonância um com o outro.

Também no meio do continuum podemos colocar concepções bionianas como as de Cassorla, que relaciona sua concepção de *enactment* à do “campo analítico” dos Baranger: “O termo *enactment* indica descargas que ocorrem no campo analítico, descargas que envolvem os dois membros do par analítico, por meio de um processo de indução mútua” (Cassorla, 2012, p. 56). No *enactment*, há o contato profundo entre as duas mentes inconscientes do par analítico. *Enactments* crônicos são, em sentido bioniano, prolongados não-sonhos-a-dois, com conluio obstrutivo e descargas mútuas.

Colocamos as concepções dos psicanalistas relacionais no outro polo do continuum. Stern (2004) define *enactments* como estados dissociados que representam experiências não simbolizadas e inconscientes dinamicamente. O

enactment ocorre entre duas subjetividades distintas. O paciente só pode provocar esse estado dissociado no analista se o analista for vulnerável a isso. A dissociação do analista é assim tanto produto da sua própria vida como da vida do paciente. Os dois aspectos precisam estar juntos. Stern chama isso “interpersonalização da dissociação”. Esse tipo de conflito, baseado em estados dissociados, não pode ser vivido em uma única mente, apenas entre, ou através, de duas mentes:

O estado que o paciente dissocia é vivido explicitamente pelo analista, e o estado explicitamente vivenciado pelo paciente é dissociado na mente do analista... Assim, a criação do conflito e a negociação do *enactment* exige desenvolvimento do analista do mesmo modo em que exige crescimento do paciente.

(Stern, 2004, p. 216)

As duas mentes são imagens espelhadas uma da outra; elas se encaixam como duas metades de um prato quebrado.

Para as concepções intersubjetivas, *enactment* é uma parte normal da interação analista-paciente. O analista como ‘observador participante’ precisa estar inadvertida e irracionalmente perdido no processo interacional. Portanto, *enactments* são espontâneos e autênticos, nunca premeditados. Só é possível tomar consciência após o *enactment* (Hirsch, 1998). Por meio da participação involuntária do analista em *enactments* contratransferenciais, o paciente tem a oportunidade de passar por configurações interiorizadas vitais. Para Levenson (2006), *enactment* é a transferência para o comportamento de algo que se conversa. *Enactment* não é um sentimento simples do analista, mas um padrão de comportamento entre paciente e analista. Mais radicalmente, Levenson considera o *enactment* um processo ininterrupto e onipresente que é o componente comportamental do que se conversa: o que se diz é simultaneamente mostrado. Para Levenson, esse é um fato semiótico e não limitado à sala de atendimento.

Para resumir: quando se considera *enactment* como falha, um desvio da situação ideal de atitude analítica, de modo geral, se pode classificar as diferentes versões do conceito em três grupos principais: 1) *enactment* como falha da capacidade de conter a tensão na situação analítica, ou como um mal-entendido do par paciente-analista; 2) *enactment* como estímulo e atualização de um conflito inconsciente significativo tanto para o paciente como para o analista, mas que não pode ser representado de outra forma; 3) *enactment* como um processo ininterrupto e onipresente que é o componente comportamental do que se conversa. Não nos parece possível chegar a uma integração mais próxima dos conceitos divergentes de *enactment* dentro dessa dimensão.

Conclusões

Em primeiro lugar, considerando que *enactment* é um conceito que tem sido adotado por analistas de várias escolas de pensamento, é inevitável que seja objeto de diferentes usos e tenha diferentes conotações dependendo de como o analista concebe seu conjunto 'normal' de procedimentos analíticos e o processo subsequente. Por isso algo que manifestamente é um conjunto comum de fenômenos, ocorrendo no *setting* psicanalítico, é avaliado como falha por alguns, um estado inevitável de coisas por outros, enquanto outros ainda o consideram uma oportunidade. Além disso, temos que entender que teorias que compreendem *enactment* como falha no nível clínico podem ter concepções básicas radicalmente diferentes em nível metapsicológico. Contudo, isso não deve desencorajar nossa tentativa de chegar a uma definição que possa tirar proveito das diferentes visões, com o objetivo de destacar algumas características comuns subjacentes. Isso pode ser feito de forma que não se torne uma prescrição no nível do uso clínico e sim que favoreça o aprofundamento do diálogo entre analistas de diferentes orientações teóricas.

Em segundo lugar, *enactment* enquanto fenômeno diz respeito a ações. Como nossa discussão dos antecedentes do conceito mostrou, na história da teoria psicanalítica, começando com *acting-out*, tem havido sempre esforços para conceituar os elementos de ações na situação psicanalítica. Em nosso estudo, descobrimos que afirmações teóricas e atitude clínicas recomendadas relativas ao *enactment* estão em sua maioria implicitamente vinculadas a algumas concepções básicas sobre ações em geral. O que está em falta na psicanálise é uma teoria abrangente da ação. Ao se pensar nessa teoria geral da ação, é preciso ter em mente alguns problemas. Precisamos discutir se é possível haver acordo com relação ao uso de termos, tanto os antigos como os novos, para fenômenos clínicos diferentes, mas relacionados. Não basta decidir sobre a motivação, a natureza e os objetivos de determinada ação apenas com base em descrições explícitas, conscientes, do comportamento do paciente e do analista no *setting* analítico. Qualquer ação que se possa observar precisa ser adicionalmente entendida e classificada com base em seu conteúdo inconsciente. Outra observação do nosso estudo foi que ações e *enactments* são com frequência classificados como não simbolizados ou como expressão de colapso simbólico. Parece-nos necessário combinar uma teoria da ação com uma teoria da simbolização, a fim de considerar ações em geral como expressões do conteúdo de diferentes níveis de funcionamento mental.

Em terceiro lugar, as reações subjetivas do analista que se desviam do quadro de referência 'ideal' são o tema a ser compreendido e definido conceitualmente. A vantagem, e o atrativo, do termo *enactment* é que se pode usá-lo para descrever certas reações do analista que, de outra forma, seriam descartadas como ações analíticas 'inadequadas'. Esse tipo de desobstrução deu a essas reações um significado fecundo para o processo de tratamento analítico. Parece-nos que esse benefício clínico é a razão que levou o *enactment* a se tornar um conceito tão amplamente usado. A subjetividade do analista, sua espontaneidade e sua vulnerabilidade precisam ser

reconhecidas como componentes necessários e consistentes da teoria do tratamento clínico.

Em quarto lugar, contudo, o problema dessa teoria é saber se é possível integrar o fenômeno do *enactment* na teoria psicanalítica de tal modo que seja conceituado não apenas como uma quebra dos preceitos técnicos, mas, simultaneamente, como acontecimento inevitável e fenômeno que pode ter consequências positivas no processo de tratamento. Essas maneiras de conceituar o *enactment* parecem mutuamente contraditórias, não do ponto de vista clínico, mas do teórico e somos confrontados com a questão de como resolver essa contradição. Na seção 2, em que consideramos o *enactment* como fenômeno clínico, mostramos que *enactment* não é apenas uma ação ou uma ocorrência, mas um processo intersubjetivo compreendendo cinco estágios. Mantendo isso em mente, não parece suficiente entender *enactment* apenas com modelo figura e fundo (as normas sendo o fundo e o *enactment* a figura), pois a dinâmica do fenômeno não caberá nesse modelo. Uma forma de resolver esse problema em um novo nível de discussão teórica é conceituá-lo como processo em um quadro de referência que se assemelhe a um movimento dialético. A dinâmica dos preceitos por um lado e sua negação no *enactment*, por outro lado, podem levar ao surgimento de uma síntese de um novo processo mútuo e intersubjetivo de entendimento. Benjamin tomou uma rota semelhante com seu conceito do 'terceiro moral'. Ogden (1994, 2004) se move na mesma direção com seu conceito de 'terceiro analítico', não com o conceito de *enactment*, mas com o entendimento da situação analítica como um todo. O modo do processo psicológico como uma dialética intersubjetiva é conceituado de forma semelhante pelos dois autores. É uma forma específica de estabelecer relações, na qual cada sujeito é negado pelo outro de tal modo que, através do outro, ele se torne um terceiro sujeito no processo de reconhecer e ser reconhecido. Para uma conceituação abrangente do fenômeno de *enactment*, é necessário reunir as normas, sua negação e sua solução intersubjetiva, o que conduz a situação a um novo nível de entendimento.

Resumo

É bem conhecida a falta de consenso tanto para decidir entre teorias rivais e, às vezes, mutuamente contraditórias, como para integrar conceitos e teorias divergentes. Diante dessa situação, o Comitê de Integração Conceitual da Associação Internacional de Psicanálise desenvolveu um método que permite a comparação entre distintas versões de conceitos, suas teorias subjacentes e seus pressupostos básicos. Apenas se colocadas em um quadro de referência é possível examinar as semelhanças e diferenças de modo abrangente e passível de reprodução do ponto de vista de método. Usamos *enactment* para estudar, de modo sistemático, problemas existentes na comparação de conceitos. Quase todas as escolas de psicanálise desenvolveram

uma conceituação desse termo. Fizemos uma espécie de cânone provisório dos textos que consideramos relevantes entre as diferentes escolas. Apresentaremos as cinco etapas do nosso método de análise do conceito de *enactment*. O primeiro passo é a história do conceito; o segundo, sua fenomenologia; o terceiro, a análise metodológica da construção do conceito. Para poder comparar conceituações diferentes, precisamos conhecer as principais dimensões do espaço semântico do conceito, e essa é a quarta etapa. Finalmente, na quinta etapa, discutiremos se, e em que medida, é possível integrar as diversas versões de *enactment*.

Unitermos: *Enactment*, contratransferência, *acting-out*, *Agieren*, pesquisa conceitual, integração conceitual.

Tradução: Márcia M. de Oliveira Zuzarte

Revisão Técnica: Tania Mara Zalcberg

Referências

- Álvarez de Toledo LG de (1954). El análisis del asociar, del interpretar y de las palabras. *Rev Psicoanal* **11**:267-313.
- Austin JL (1962). *How to do things with words*. Oxford: Claredon Press.
- Baranger W (1962). La situación analítica como campo dinámico. In: *Problemas del campo psicoanalítico*, 129-64. Buenos Aires: Kargieman, 1969.
- Benjamin J (2009). A relational psychoanalysis perspective on the necessity of acknowledging failure in order to restore the facilitating and containing features of the intersubjective relationship (the shared third). *Int Psychoanal* **90**:441-50.
- Bion WR (1963). Elements of psychoanalysis. In: *Seven servants*, 19-20. New York, NY: Aronson, 1977.
- Bion WR (1965). Transformations. In: *Seven servants*, 36. New York, NY: Aronson, 1977.
- Boesky D (1990). The psychoanalytic process and its components. *Psychoanal Q* **59**:550-84.
- Borensztein C (2009). El enactment como concepto clínico convergente de teorías divergentes. *Rev Psicoanal* **66**: 177-92.
- Breuer J, Freud S (1893). Preliminary communication. SE **2**, 8
- Campo A (1957). La interpretación y la acción en el análisis de niños. *Rev Psicoanal* **14**:1-2.
- Cassorla RMS (2007). Do baluarte ao enactment. *Rev Bras Psicanal* **41**:51-68.
- Cassorla RMS (2012). What happens before and after acute enactments? An exercise in clinical validation and the broadening of hypotheses. *Int J Psicoanal* **93**:53-80.
- Chused JF (1991). The evocative power of enactments. *J Am Psicoanal Assoc* **39**:615-39

- Chuset JF (2003). The role of enactments. *Psicoanal Dialog* **13**:677-87.
- Chuset JF, Raphling DL (1992). The analyst's mistakes. *J Am Psicoanal Assoc* **40**:89-116.
- Eckstein R (1966). *Children of time and space, of action and impulse: Clinical studies on the psychoanalytic treatment of severely disturbed children*. New York, NY: Meredith.
- Elman S (2010). *When theories touch: A historical and theoretical integration of psychoanalytic thought*. London: Karmac.
- Freedman N, Hurvich M, Ward R (2011). *Another kind of evidence: Studies on internalization, annihilation anxiety, and progressive symbolization in the psychanalytic process*. London: Karmac.
- Freud A (1968). Acting-out. *Int J Psychoanal* **49**:165-70.
- Freud S (1901). The Psychopathology of everyday life. SE 6.
- Freud S (1905a). Fragments of an analysis of a case of hysteria, Postscript, SE **7**, 1-122.
- Freud S (1905b). Three essays on the theory of sexuality. SE **7** 123-246.
- Freud S (1910). The future prospects of psycho-analytic therapy. SE **11**, 144-5.
- Freud S (1914). Remembering, repeating and workink through. SE **12**, 147-56.
- Freud S (1915). Instincts and their vicissitudes. SE **14**, 111-40.
- Freud S (1923). Two encyclopedia articles: A. Psychoanalysis. SE **18**, 235-54.
- Goldberg A (2002). Enactment as understanding and as misunderstanding. *J Am Psychoanal Assoc* **50**:869-83.
- Green A (1993). Two discussions of 'The inner experience of the analyst' and a response from Theodore Jacobs. *Int J Psychoanal* **74**:1131.
- Green A (2005).The illusion of common ground and mythical pluralism. *Int J Psychoanal* **86**:627-35.
- Greenacre PH (1950). General problems of acting-out. *Psychoanal Q* **19**:455-67.
- Greenacre PH (1962). Problems of acting-out in the transference relationship. In: Rexford EN, editor. *A developmental approach to the problem of acting-out*, 215-34. New York, NY: International UP, 1978.
- Grinberg L (1957). Perturbaciones en la interpretación por la contra identificación proyectiva. *Rev Psychoanal* **14**:23-30.
- Grinberg L (1968). On acting-out and its role in the psychoanalytic process. *Int J Psychoanal* **49**:171-8.
- Grossman W (1995). Psychological vicissitudes of theory in clinical work. *Int J Psychoanal* **76**:885-99.
- Hamilton V (1996). *The analyst's preconscious*. Hillsdale, NJ: Analytic Press.
- Hartmann H (1947). Sobre los actos racionales y irracionales. In: *Ensayos sobre la psicología del yo*, 45-70. Mexico City Fondo de Cultura Económica, 1969.
- Hirsch I (1998). The concept of enactment and theoretical convergence. *Psychoanal Q* **67**:78 - 101.
- Jacobs T (1986). On counter-transference enactments. *J Am Psychoanal Assoc* **34**: 289-307.
- Jacobs T (1993). Response. *Int J Psychoanal* **74**:1140

Jacobs T (2001). On misreading and misleading patients: Some reflections on communications, miscommunications and countertransference enactments. *Int J Psychoanal* **82**:653-69.

Jiménez JP (2009). Grasping psychoanalysts' practice in its own merits. *Int J Psychoanal* **90**: 231-48